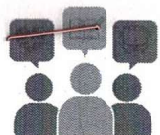


Ata da Reunião - Orçamento Participativo – Paço Municipal

Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às 19h22, teve início nas dependências da Prefeitura Municipal, a reunião de consulta pública para elaboração do Plano Plurianual 2026 – 2029 para os moradores das Zonas 02 e 03. A reunião foi conduzida pela Assessora de Planejamento, Anamaria Alves dos Santos, que agradeceu a presença de todos os participantes e, em seguida, passou a palavra aos vereadores presentes. O vereador, Victor Hugo Davanço, iniciou sua fala agradecendo aos moradores que compareceram, lamentando, contudo, a baixa adesão do público, especialmente considerando que o encontro foi uma solicitação feita diretamente por moradores da Zona 02 à Câmara. Ele ressaltou a importância da participação popular no levantamento das necessidades de cada bairro, fundamentais para o processo de construção do orçamento municipal. Na sequência, o vereador Thiago Fontes também agradeceu a presença dos cidadãos e reforçou a relevância do orçamento participativo como ferramenta essencial para a construção de uma cidade melhor, aproveitando o momento para parabenizar o poder público pela iniciativa de promover tais reuniões. Em seguida, a Assessora de Planejamento fez uma breve apresentação técnica, explicando o conceito de orçamento participativo e sua importância na gestão democrática, destacando que essa prática possibilita à população participar diretamente da definição das prioridades de investimentos com os recursos públicos. Também foi feita uma explicação detalhada sobre o preenchimento correto do formulário de sugestões, analisando ponto a ponto os temas e seus respectivos subtemas. Em seguida, abordou o planejamento da gestão pública e os principais instrumentos que o compõem, divididos entre médio e curto prazo. Como instrumentos de médio prazo, foram mencionados o Plano Diretor, o Plano de Governo, o Cianorte 2053, os Planos Setoriais e o Plano Plurianual (PPA). Já os instrumentos de curto prazo citados foram a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que, juntamente com o PPA, compõem as principais peças do planejamento orçamentário municipal. Ressaltou que o Plano Diretor, instituído pela Lei nº 10.527/2001, é o documento responsável por traduzir as diretrizes nacionais em ações locais concretas, abrangendo áreas como uso e ocupação do solo, mobilidade urbana, regularização fundiária e habitação social, entre outras. O PPA foi descrito como a peça de planejamento que estabelece diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos, sendo elaborado com foco em projetos e atividades finalísticas, a partir de uma base estratégica sólida, que contemple a visualização da realidade atual em comparação com o futuro desejado; o planejamento territorial integrado, o levantamento das ações setoriais em andamento, das novas iniciativas a serem propostas e, sobretudo, que acolha as demandas

da população. Também foram elencadas as condicionantes que precisam ser consideradas nesse processo, como as projeções de receita, as restrições legais, como a aplicação mínima de 25% em educação e 15% em saúde, por exemplo, além de fatores que influenciam diretamente as despesas. Após esses esclarecimentos, foi apresentada a sequência do processo de planejamento, que inclui a orientação estratégica por parte do prefeito, a definição dos macroobjetivos da gestão, a alocação dos recursos por órgãos, a interlocução com os secretários municipais e, por fim, a consolidação de todas as informações no projeto de lei orçamentária, que será encaminhado à Câmara de Vereadores para apreciação e posterior sanção pelo prefeito. Também foi mostrado um panorama do atual PPA em vigor, com dados sobre a arrecadação de receitas ao longo dos quatro anos, gráficos de distribuição de despesas atualizadas em 2025, bem como informações específicas sobre os gastos da Secretaria de Saúde, que, embora tenha um mínimo legal de 15% sobre impostos e transferências constitucionais, apresenta um investimento real em torno de 30%, somado aos 25% destinados à educação. Esse cenário foi apontado como gerador de desequilíbrios orçamentários entre as demais secretarias. Em seguida, conduziu-se a explanação sobre o acesso ao questionário de participação por meio da plataforma online, solicitando-se aos presentes que divulguem o formulário entre seus familiares e amigos, especialmente para aqueles que não puderam comparecer. A palavra foi então aberta aos moradores para que apresentassem suas sugestões e demandas. A moradora, Andréia de Souza Ardengui, propôs a implantação de murais informativos sobre os serviços públicos ofertados pelo Município, sugerindo locais estratégicos como a entrada da Prefeitura, escolas e igrejas. Também sugeriu o fortalecimento da educação ambiental com ações mais efetivas nas escolas, envolvendo diretamente os alunos, além da ampliação e maior divulgação dos pontos de descarte de entulhos, recicláveis, óleo de cozinha, pilhas, lâmpadas, papelão, frascos de vidro e plásticos. Solicitou ainda a instalação de novos pontos de coleta em locais de fácil acesso como supermercados, escolas e praças públicas. O morador, Rodrigo Saporeti Caldeira, trouxe como sugestão o reforço na fiscalização ambiental, com aplicação de sanções para o descarte irregular de resíduos e ações voltadas à limpeza de terrenos e espaços privados. O vereador, Thiago Fontes, apontou a necessidade de intervenções em infraestrutura urbana, especialmente em relação à drenagem das águas pluviais em áreas críticas, com o objetivo de evitar alagamentos e melhorar o escoamento da água na cidade. A moradora, Adriane Viviane L. V. C. Pio Balli, expressou preocupação com buracos mal tampados pela Sanepar, que comprometem calçadas e praças e propôs o fortalecimento da Associação Comercial, com atuação mais efetiva em apoio ao comércio local. Ela também solicitou

ações de limpeza urbana e a organização da fiação nos postes, mencionando impactos negativos na estética e na segurança das ruas. Por fim, questionou os critérios para cortes de árvores saudáveis e criticou práticas de podas agressivas que prejudicam a arborização urbana e a sombra nas vias públicas. Após agradecimentos pela participação dos presentes e reiteração da importância do envolvimento da população nos processos de planejamento e construção do orçamento municipal, a reunião foi encerrada por volta das 21h08 e dela lavrou-se a presente Ata, que segue assinada conforme lista de presença anexa.



LISTA DE PRESENÇA

REUNIÃO 16/07/2025

REUNIÃO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – Zona 02 e Zona 03

1 Nome:	Andréia de J. Ardengui	CPF:	005.062.669-82	Assinatura:	
2 Nome:	Elanito claria Pimenta	CPF:	41989589014.9	Assinatura:	
3 Nome:	Eduarda de Souza Reis	CPF:	027452 339.63	Assinatura:	
4 Nome:	Adriano L.V. P. Pio Baili	CPF:	810572.109-00	Assinatura:	
5 Nome:	Juliana C. Ouverney Silva	CPF:	050084389-99	Assinatura:	
6 Nome:	Kelly Kristine Werneck	CPF:	004.190.46992	Assinatura:	
7 Nome:	Neilton E. B. de Souza	CPF:	490.915209.91	Assinatura:	
8 Nome:	GO CARLOS de Freitas	CPF:	01028801904	Assinatura:	
9 Nome:	Rodrigo Sponchi Cabral	CPF:	04909449906	Assinatura:	
10 Nome:	Carlos Bonifácio da Silva Pereira	CPF:	11317283945	Assinatura:	
11 Nome:	Hector Hugo Davenport	CPF:	049323419-54	Assinatura:	
12 Nome:	KARSON FAGUNDES DE SOUZA	CPF:	217.235.538-03	Assinatura:	
13 Nome:	Gabriel Henrique de Souza	CPF:		Assinatura:	
14 Nome:	Thiago Fontes	CPF:	077.669.549-47	Assinatura:	
15 Nome:	Valine Rosa Kist	CPF:	900.440.020-68	Assinatura:	
16 Nome:	Anamara C. dos Santos	CPF:	571.549.889-91	Assinatura:	
17 Nome:	Matheus de Matos Guimarães	CPF:	094447.219-22	Assinatura:	